

APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao que dispõe o art. 78, § 3º, da Lei Orgânica do Distrito Federal e o art. 82 da Lei Complementar nº 1/94 – Lei Orgânica deste Tribunal, apresento o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, referente ao 4º trimestre de 2014, para remessa à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF.

Este Relatório de Atividades consolida as principais ações efetivadas pelo TCDF, englobando as ações de controle externo e as organizacionais de apoio à atividade fim do Tribunal.

As realizações no trimestre, desenvolvidas em alinhamento com os objetivos estratégicos institucionais, traduzem os esforços desta Casa para cumprir sua missão de maneira cada vez mais efetiva, eficaz, eficiente e econômica.

Inácio Magalhães Filho
Presidente

Sumário

1. INTRODUÇÃO	3
2. PRINCIPAIS RESULTADOS DAS AÇÕES DE CONTROLE DO TCDF	4
3. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO	5
3.1 Julgamentos e Decisões	5
3.1.1 Sessões Realizadas	5
3.1.2 Cobranças Executivas	6
3.2 Fiscalização Realizada	7
3.2.1 Auditorias e Inspeções	7
3.2.2 Instrução de Processos	8
3.3 Benefícios Mensuráveis das Ações de Controle	9
4. ATIVIDADES ORGANIZACIONAIS	13
4.1 Planejamento e Modernização Institucional	13
4.2 Gestão de Recursos Humanos	14
4.3 Execução da Despesa	19
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	20

1. INTRODUÇÃO

Dispondo de 576 servidores ativos em 31.12.14, o TCDF cumpre sua missão institucional com a estrutura básica contida em seu organograma (Anexo 1) e de acordo com a composição descrita a seguir:

- *colegiado: Plenário;*
- *direção: Presidente e Vice-Presidente/Corregedor;*
- *órgãos técnicos e administrativos: Gabinetes do Presidente, Conselheiros, Auditores, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal e Procuradores; Secretaria-Geral de Controle Externo; Secretarias de Controle Externo; Núcleos de Fiscalização; Consultoria Jurídica; Secretaria das Sessões; Secretaria-Geral de Administração; Escola de Contas, Divisão de Planejamento e Modernização Administrativa; Divisão de Controle Interno e Divisão de Tecnologia da Informação.*

Regido pelos princípios da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional, atua nesta Corte o Ministério Público junto ao Tribunal, com três Procuradores sob a direção de um Procurador-Geral, exercendo as funções de guarda da lei e fiscal de sua execução.

Por intermédio desses órgãos efetiva-se a ação fiscalizadora do Tribunal, cuja divulgação, no que concerne à Câmara Legislativa, está prevista no § 3º do art. 78 da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 82 da Lei Complementar nº 1, de 09.05.94, segundo os quais deve esta Corte encaminhar à CLDF, trimestral e anualmente, relatório circunstanciado e demonstrativo de suas atividades internas e de Controle Externo.

Constitui-se, pois, este Relatório de Atividades em documento que consolida as realizações do Tribunal no 4º trimestre de 2014, nos campos administrativo e do Controle Externo, distribuídas de acordo com os seguintes tópicos:

- *Atividades de Controle Externo - Julgamentos e decisões; fiscalização realizada; e Benefícios Mensuráveis das Ações de Controle;*
- *Atividades Organizacionais - Planejamento e modernização institucional; gestão de recursos humanos; e execução da despesa;*
- *Considerações Finais - Síntese das realizações do período e comentários finais;*
- *Anexos - Organograma do Tribunal e Execução da Despesa.*

2. PRINCIPAIS RESULTADOS DAS AÇÕES DE CONTROLE DO TCDF

Número de decisões do Tribunal	1.552
Acórdãos proferidos	240
Valor das condenações	R\$ 14.664.387,8
Licitações e contratos suspensos cautelarmente	21
Responsáveis condenados em débito e/ou multados	126
Responsáveis inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Distrital	66
Processos julgados conclusivamente	757

Fonte: e-TCDF

3. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

3.1 Julgamentos e Decisões

O julgamento das contas de administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos, a apreciação das Contas do Governo a serem apresentadas à Câmara Legislativa e as demais decisões referentes às atividades de Controle Externo são atos formalizados por deliberações do Plenário, podendo o Presidente, nos casos previstos no Regimento Interno, decidir também sobre matéria de competência do Tribunal, *ad referendum* do Plenário.

3.1.1 Sessões Realizadas

Para apreciar matérias de sua competência, o Plenário reuniu-se, no 4º trimestre, conforme quantitativos indicados na Tabela 1. Dentre o total de decisões prolatadas foram proferidos 240 acórdãos e 757 processos foram julgados conclusivamente.

Tabela 1: Sessões e Decisões por Tipo de Sessão

Tipo de Sessão	Sessões	Decisões
Ordinária	20	1.443
Extraordinária	1	77
Extraordinária administrativa	7	15
Extraordinária reservada	11	17
Especial	0	0
Total	39	1.552

Obs.: O teor das decisões, bem assim das atas das sessões realizadas, está disponível no site do TCDF na *Internet*, no endereço www.tc.df.gov.br

Despachos Singulares – Foram proferidos pelos membros do Plenário os quantitativos de despachos singulares demonstrados na Tabela 2.

Tabela 2: Despachos Singulares

Tipo de Sessão	Despachos realizados
Ordinária	372
Extraordinária	0
Extraordinária reservada	5
Extraordinária administrativa	1
Total	378

Foram proferidas pela Presidência 58 decisões e 26 decisões liminares, na qual o Presidente decidiu *ad referendum* do Plenário, com fundamento no art. 85 do Regimento Interno do TCDF.

Licitações e contratos suspensos cautelarmente – Visando à preservação do erário, relativamente ao assunto em destaque, os relatores

designados, ou o Tribunal, concederam medidas cautelares em 21 processos, conforme detalhado na Tabela 3.

Tabela 3: Licitações e Contratos Suspensos Cautelamente

Nº do Processo	Decisão/Despacho Singular
27320/ 2014	4970/ 14
27761/ 2014	5047/ 14
27575/ 2014	Desp. Sing. Nº 619/2014-GC/PT
27320/ 2014	5170/ 14
28040/ 2014	5172/ 14
29110/ 2014	5219/ 14
351/ 2014	5220/ 14
29233/ 2014	5258/ 14
27109/ 2014	5259/ 14
30029/ 2014	5459/ 14
30312/ 2014	5527/ 14
28628/ 2014	5528/ 14
18770/ 2014	5529/ 14
28636/ 2014	5530/ 14
30339/ 2014	Desp. Sing. Nº 421/2014-CRR
16735/ 2014	Desp. Sing. Nº 430/2014-GCPM
31165/ 2014	Desp. Sing. Nº 311/214-GCMA
30991/ 2014	6084/ 14
31726/ 2014	Desp. Sing. Nº 319/214-GCMA
31521/ 2014	6345/ 14
33079/ 2014	Desp. Sing. 447/2014-GCPM

3.1.2 Cobranças Executivas

Quando julgado em débito pelo Tribunal, o responsável é notificado para, em trinta dias, recolher a importância devida, com os acréscimos legais. Expirado esse prazo, sem manifestação do interessado, a Corte poderá autorizar a cobrança judicial da dívida.

As decisões condenatórias de responsáveis em débito são formalizadas em ACORDÃO, cuja publicação no Diário Oficial do DF constitui título executivo bastante para cobrança judicial, nos termos da legislação vigente.

Existem sob acompanhamento do MPJTCDF 499 ACORDÃOS do TCDF, dos quais 161 consistem em cobranças executivas ajuizadas no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Os ACORDÃOS sob acompanhamento podem ser visualizados no *site* do MPJTCDF na *internet*, no *link* EXECUÇÃO DE ACÓRDÃOS.

Nos campos institucional e administrativo foram desenvolvidas pelo MPJTCDF diversas ações, cabendo realçar, no trimestre, a participação de membros e servidores em eventos de capacitação, consolidados na Tabela 6 (item 4.2 - *Gestão de Recursos Humanos*), bem como o encaminhamento ao TCDF de 50 representações alusivas à fiscalização de assuntos de competência do Tribunal.

3.2 Fiscalização Realizada

No âmbito do Tribunal, as Secretarias de Controle Externo oferecem apoio técnico-administrativo ao Plenário no que diz respeito à instrução preliminar dos processos relativos às atividades de controle externo, incluindo-se aí a realização de AUDITORIAS e INSPEÇÕES nos órgãos e entidades jurisdicionados. Nos parágrafos seguintes são apresentadas informações sobre o desenvolvimento dessas atividades no trimestre.

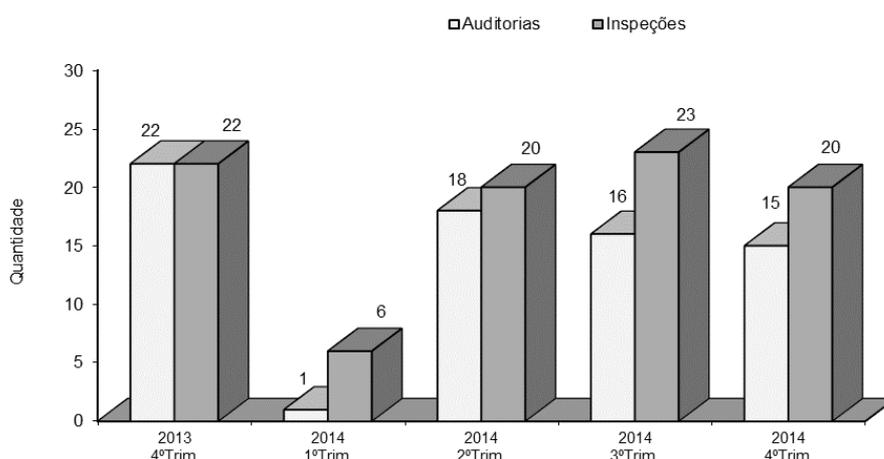
1.1.1 Auditorias e Inspeções

AUDITORIA é a modalidade de fiscalização *in loco* destinada a verificar, junto aos órgãos e entidades jurisdicionados, os atos e fatos administrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial – especialmente quanto à legalidade e à legitimidade –, bem como o emprego de recursos públicos por entidades de direito privado.

Incluída no grupo de fiscalizações *in loco*, mas de caráter menos abrangente, a INSPEÇÃO é realizada para verificar o cumprimento de decisões do Tribunal e para obter dados e informações preliminares ou complementares sobre os assuntos em análise nesta Casa.

O Gráfico 1 apresenta série histórica do quantitativo de fiscalizações, evidenciando que, no 4º trimestre, foram concluídas 15 AUDITORIAS e 20 INSPEÇÕES.

Gráfico 1: Auditorias e inspeções realizadas

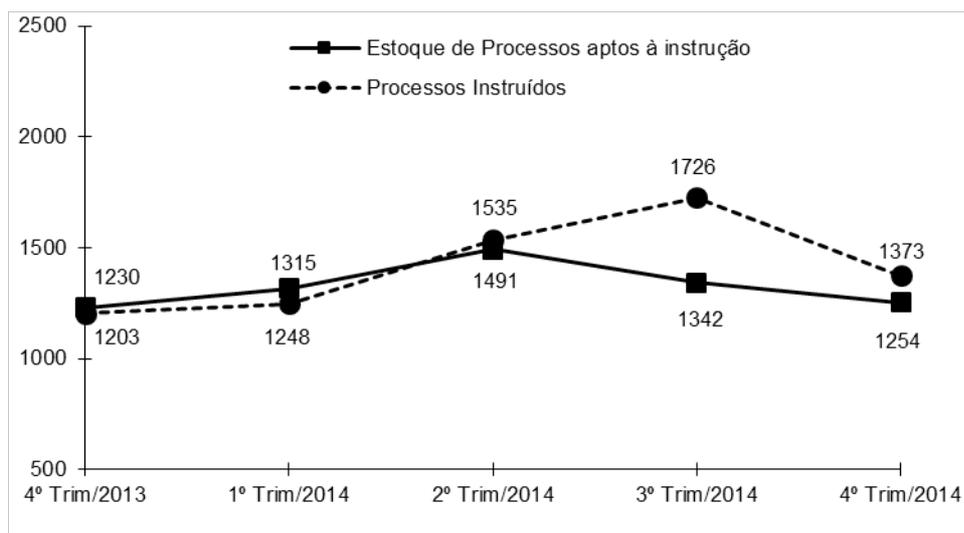


3.2.1 Instrução de Processos

Instrução é o procedimento formal de análise e emissão de relatório técnico em processos, para fins de apreciação pelo Plenário do Tribunal. É adotada tanto nas auditorias e inspeções quanto nos resultados de diligências, atos de admissão, aposentadorias, reformas e pensões, tomadas e prestações de contas, contratos, convênios e outros assuntos sujeitos ao controle externo.

Da mesma forma que ocorre com as fiscalizações externas, a atividade de INSTRUÇÃO DE PROCESSOS ocupa parcela considerável da força de trabalho em exercício na área-fim do Tribunal. Os processos de diversas naturezas são instruídos pelas Secretarias e Núcleos de Fiscalização e encaminhados para apreciação plenária ou emissão de parecer pelo Ministério Público. No quarto trimestre, foram realizadas 1.373 INSTRUÇÕES DE PROCESSOS. O Gráfico 2 registra a realização de instruções de processos a cada trimestre do ano, confrontando tal atividade com o ESTOQUE DE PROCESSOS para serem instruídos ao final de cada período.

Gráfico 2: Instrução e Estoque de Processos



Fonte: Sistema e-TCDF e Acompanhamento das Secretarias e Núcleos de Fiscalização.

Registre-se que, ao final do 4º trimestre, do estoque total de 3.413 PROCESSOS A INSTRUIR, 1.254 autos encontravam-se APTOS À INSTRUÇÃO, ou seja, em condições de serem instruídos; e 2.248 processos estavam COM TRAMITAÇÃO PARALISADA, aí incluídos os sobrestados e os que aguardam processo de tomada de contas especial, cumprimento de diligência, defesa, recebimento de expediente, regularização de débito ou decisão judicial, entre outros motivos que obstem a instrução do processo.

3.3 Benefícios Mensuráveis das Ações de Controle

Em razão do volume de recursos a serem fiscalizados e da crescente evolução e complexidade das normas que organizam as atividades do Estado, as instituições de controle necessitam estar cada vez mais aparelhadas a atuar de forma ágil e transparente, utilizando-se de critérios relativos à seletividade, materialidade, entre outros. Nesse contexto, a sociedade demonstra estar atenta à necessidade de exigir resultados da aplicação dos recursos confiados aos agentes públicos, bem assim aos benefícios advindos da atuação dos órgãos estatais, o que torna cada vez mais essenciais as atividades executadas pelos órgãos de controle externo.

Relativamente aos benefícios da atuação do controle externo, podemos classificá-los em mensuráveis e não mensuráveis. No que diz respeito a este último, sua ocorrência e relevância reside no fato de que a existência de uma entidade fiscalizadora por si só já inibe ou minimiza a prática de atos desconformes com os princípios basilares da administração pública.

Quanto aos benefícios mensuráveis da atuação do Tribunal, após a recente implantação do Projeto do Processo Eletrônico nesta Corte de Contas, denominado e-TCDF, identificou-se a necessidade de ajustes nas sistemáticas de

apuração e apropriação desses valores. Assim, iniciativas serão adotadas pela Divisão de Planejamento, em conjunto com a Secretaria-Geral de Controle Externo, com vistas a elaborar proposta de revisão do normativo que trata da matéria, para que se possa dar continuidade à emissão de relatórios pelo sistema.

Ainda em decorrência da atuação desta Corte, foram condenados em débito ou multados 126 responsáveis. Deste total, 66 foram inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública distrital. A Tabela 4 registra o Valor das Condenações e os respectivos processos.

Tabela 4: Valor das Condenações

Processo	Valor (R\$)
7338/2013	175.185,97
22854/2013	107.157,83
30909/2012	59.994,73
241/2004	11.698,00
31043/2010	5.000,00
28521/2012	124.784,28
27908/2012	162.722,83
6587/2013	110.762,88
7389/2013	99.270,49
12103/2010	20.000,00
7974/2013	193.455,70
6285/2013	121.922,25
3138/2014	101.261,86
14283/2011	116.344,13
24143/2012	158.897,69
20291/2011	153.214,03
11372/2013	114.532,47
14649/2013	164.540,70
23929/2005	8.000,00
29439/2012	114.358,35
29587/2012	146.927,04
9314/2013	103.396,87
18903/2013	86.315,23
29823/2008	6.000,00
9682/2011	127.984,44
38379/2011	1.358.131,09
7613/2013	96.783,55
9870/2013	147.706,88
17770/2013	21.272,54

Tabela 4: Valor das Condenações (continuação)

Processo	Valor (R\$)
20887/2011	14.000,00
29280/2011	22.533,34
22906/2012	163.799,36
24410/2012	35.462,63
39500/2008	374.245,32
22248/2012	93.032,75
9861/2013	42.738,06
21814/2008	9.509,40
12267/2009	58.490,00
29510/2012	98.589,52
38323/2010	170.163,98
28705/2011	18.000,00
8008/2013	194.985,02
21946/2008	85.827,31
31063/2013	2.500,00
9377/2010	3.509,40
16981/2012	56.059,31
7354/2013	88.569,05
34918/2011	469.553,72
6463/2013	149.195,24
8950/2014	74.353,49
18836/2012	48.355,38
24178/2012	83.761,80
3095/2014	86.356,91
9679/2010	2.339,60
28016/2007	86.857,53
28059/2007	77.997,16
29110/2007	129.869,83
9164/2010	68.187,44
16701/2012	48.276,62
17791/2012	141.933,96
19069/2012	39.081,14
24151/2012	147.799,91
24992/2012	92.010,59
6617/2013	52.061,90
7303/2013	36.071,52
7362/2013	124.632,33
7370/2013	78.762,27
11232/2013	46.306,30
11356/2013	28.734,52
15726/2013	79.468,74
8933/2014	102.091,82
17138/2014	87.877,93

Tabela 4: Valor das Condenações (continuação)

Processo	Valor (R\$)
31377/2009	3.000,00
7230/2013	107.738,57
27827/2012	102.998,75
20879/2011	4.000,00
25218/2011	7.018,80
25370/2010	4.800,00
37068/2010	4.291.679,01
20712/2011	20.000,00
21721/2012	96.461,74
29838/2012	25.759,47
21859/2011	86.241,43
18771/2012	188.234,66
27495/2012	48.672,51
7796/2013	110.187,90
28704/2013	96.050,61
17854/2009	479.117,73
4827/2013	390.400,38
4843/2013	203.292,20
14525/2013	171.701,06
15696/2013	95.459,09
Total	14.664.387,84

4. ATIVIDADES ORGANIZACIONAIS

4.1 Planejamento e Modernização Institucional

As ações e iniciativas organizacionais a seguir relatadas orientam-se nos objetivos estratégicos do Tribunal, que privilegiam a priorização e a orientação das ações de controle externo por relevância, a garantia de maior efetividade dos instrumentos de controle e a agilidade do ciclo processual, a intensificação de medidas preventivas e orientadoras, o monitoramento do cumprimento das decisões, a ênfase no controle sistêmico, o aprimoramento da comunicação com a sociedade, o aperfeiçoamento dos sistemas de TI, a permanente qualificação e motivação dos servidores, o desenvolvimento de cultura orientada para resultados, e a intensificação do intercâmbio com os demais órgãos de controle.

Na esfera organizacional, foram iniciados, com o suporte metodológico de empresa de prestação de serviços de consultoria, os trabalhos visando à elaboração e diagramação de manuais de procedimentos administrativos das unidades da área meio do TCDF.

Outra iniciativa de destaque no período foi a realização de seminário ministrado por especialista, para explicar a forma de funcionamento do Sistema de Controle Interno (SCI) que será implementado no Tribunal a partir do evento. Enfatizando a conveniência de que os controles sejam efetuados de forma preventiva, a palestra tratou de questões importantes, como os objetivos a serem alcançados e os benefícios do projeto para os gestores e servidores da Instituição.

Ainda no campo organizacional, foram realizados pela Divisão de Planejamento e Modernização Administrativa os trabalhos de revisão do Manual de Redação Oficial do TCDF. A minuta final da 2ª edição, adequada ao novo Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa, foi aprovada pelo Plenário desta Corte e encaminhada à empresa gráfica responsável por sua diagramação e impressão.

4.2 Gestão de Recursos Humanos

Desenvolver o capital humano para o pleno atingimento dos objetivos estratégicos institucionais tem sido uma preocupação permanente da direção do Tribunal. Nesse sentido, as ações na área de gestão de recursos humanos do TCDF objetivam dotá-lo de servidores competentes e motivados para o exercício das suas atribuições funcionais.

Quanto às normas relativas à área de pessoal, foi aprovada a Resolução nº 274/14, que altera os dispositivos do Regulamento Geral do Programa de Assistência à Saúde – PRÓ-SAÚDE do TCDF.

Ocorreu, ainda no trimestre, a XIII Semana da Saúde, iniciativa de consagrado destaque no calendário anual de eventos do Tribunal. Nesta edição, foi dada relevância ao assunto “alimentação funcional”, considerando que saúde e boa alimentação caminham juntas. Durante a Semana da Saúde, uma mesa redonda composta por especialistas e servidores debateram sobre o assunto. Além da mesa redonda, a programação incluiu palestra com o tema “Equilíbrio entre a realização pessoal e profissional” e a montagem de estandes sobre temas relacionados à saúde.

Quadro de Pessoal – A Tabela 5 retrata o quantitativo de pessoal do TCDF ao final do período, apresentando um comparativo com os cargos providos no final do trimestre anterior.

Tabela 5: Demonstrativo do Quadro de Pessoal do Tribunal

Cargo/Função	Efetivo Previsto	Cargos Ocupados		% de Cargos Ocupados 31.12.14
		Posição em 30.09.14	Posição em 31.12.14	
Auditor de Controle Externo	270	251	250	93
Técnico de Controle Externo	34	4	4	12
Analista de Administração Pública	50	24	25	50
Técnico de Administração Pública	120	110	110	92
Subtotal	474	389	389	82
Conselheiros	7	7	7	100
Auditores	3	0	0	0
Procuradores	4	4	4	100
Comissionados sem vínculo efetivo	-	47	48	-
Requisitados a outros Órgãos	-	46	46	-
Subtotal	14	104	105	750
Total	488	493	494	101
Cargos em Extinção				
Técnico de Administração Pública	138	45	45	33
Auxiliar de Administração Pública	73	37	37	51
Total	211	82	82	39

Treinamento e Intercâmbio Institucional – O Tribunal desenvolve periodicamente ações voltadas para o permanente aperfeiçoamento de membros e servidores da Casa, tais como cursos, palestras, seminários, encontros com instituições congêneres e contatos com autoridades, representantes de entidades etc. A Tabela 6 consolida os eventos realizados ou iniciados no 4º trimestre.

Nesta matéria, pela Decisão nº 36/14, proferida no Processo nº 72/14, o Plenário desta Corte aprovou ajustes no Plano de Capacitação relativo ao biênio 2014/2015, o qual passou a abranger atividades da Escola de Contas Públicas, criada pela Lei nº 5.286/13.

Outra atividade de destaque na área de treinamento e intercâmbio organizacional realizada no TCDF, foi o curso que apresentou mecanismos de combate à lavagem de dinheiro. O curso integra o Programa Nacional de Capacitação e Treinamento sobre Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD) e tem como público agentes do Estado envolvidos na área de fiscalização e controle.

Tabela 6: Demonstrativo dos Eventos de Capacitação dos Servidores

Cursos	Número de participantes	Carga Horária (h)	Custo do evento (R\$)	Local
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO E GESTÃO EM PROTOCOLO E CERIMONIAL	2	24	5.300,00	RIO DE JANEIRO
COMBATE À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO	2	18	0,00	BRASÍLIA
CURSO ALINHAMENTO E DESDOBRAMENTO DA ESTRATÉGIA	2	16	5.900,00	SÃO PAULO
CURSO AVANÇADO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS	2	16	4.590,00	BRASÍLIA
CURSO RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS PERANTE OS TRIBUNAIS DE CONTAS (IN COMPANYY)	24	24	33.260,00	BRASÍLIA
CURSO TÉCNICO DE CURADORIA DIGITAL	2	12	0,00	BRASÍLIA
GOVERNANÇA, ANÁLISE DE RISCOS E AVALIAÇÃO DE CONTROLES INTERNOS e ENCONTRO TÉCNICO DO GRUPO DE TRABALHO DE HARMONIZAÇÃO DE PAPÉIS DE TRABALHO E RELATÓRIO DE AUDITORIA	3	18	0,00	BELO HORIZONTE
TEMAS ATUAIS DE DIREITO ADMINISTRATIVO - INFORMATIVOS DO STF E STJ	4	12	1.400,00	BRASÍLIA
FUNDAMENTOS DA DOCTRINA DE INTELIGÊNCIA	1	40	0,00	BRASÍLIA
CURSO PERÍCIAS OFICIAL-ADMINISTRATIVAS EM SAÚDE NO SERVIÇO PÚBLICO	3	18	7.620,00	BRASÍLIA
TREINAMENTO DO BANCO MUNDIAL SOBRE AUDITORIA DE SISTEMAS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO	2	18	0,00	NATAL
Outros Eventos				
CONFERÊNCIA LATINO-AMERICANA DE AUDITORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CACS/ISRM 2014	3	32	8264,00	PANAMÁ
XXXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE PNEUMOLOGIA E TISIOLOGIA	1	28	925,00	GRAMADO
CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2	18	6.300,00	BRASÍLIA
6ª REUNIÃO IBRAOP - MG	1	18	0,00	BELO HORIZONTE
SEMINÁRIO DE APLICAÇÃO DE SANÇÕES NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E A RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS POR AÇÕES E OMISSÕES	1	16	2.950,00	RIO DE JANEIRO
1ª REUNIÃO DO COMITÊ TEMÁTICO DE CONTABILIDADE PÚBLICA	2	24	0,00	BRASÍLIA
V ENCONTRO TÉCNICO DE GESTÃO DE PESSOAS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL	1	15	0,00	BELO HORIZONTE
III ENCONTRO DE JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS - JURISTC'S	6	20	0,00	FORTALEZA
5º CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS SOBRE TERCEIRIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	4	26	14.200,00	FOZ DO IGUAÇU
GARTNER SYMPOSIUM / Itxpo 2014	1	24	0,00	SÃO PAULO
SEMINÁRIO INTERNACIONAL 2014 SOBRE CONTROLE PÚBLICO	1	12	0,00	BUENOS AIRES
20º CONGRESSO INTERNACIONAL DA SBOE	1	24	0,00	FLORIANÓPOLIS
REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO PROJETO DE QUALIDADE / AGILIDADE DO CONTROLE EXTERNO - BA	1	16	0,00	SALVADOR
1º ENCONTRO NACIONAL DE FISCAIS E GESTORES DE CONTRATOS DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2	18	7.180,00	FOZ DO IGUAÇU
PALESTRA PERÍCIA MÉDICA E ÉTICA	3	6	0,00	BRASÍLIA
II SIMPÓSIO NACIONAL DE AUDITORIAS DE PPP	7	18	0,00	RECIFE
8º SEMINÁRIO NACIONAL DE MODERNAS TÉCNICAS RODOVIÁRIAS	2	18	600,00	FLORIANÓPOLIS
XXIV ASSEMBLÉIA GERAL OLACEFS	1	30	0,00	CUSCO
XVII CONGRESSO BRASILENSE DE DIREITO CONSTITUCIONAL	2	18	0,00	BRASÍLIA
XII CONGRESSO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS	2	18	1.400,00	MACEIÓ
X CONGRESSO BRASILEIRO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS GOVERNAMENTAIS	1	36	990,00	SALVADOR
REUNIÃO DO COMITÊ DE ARTICULAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE COM OS MECANISMOS MULTILATERAIS DE FINANCIAMENTO - CAOCE	1	12	0,00	BELO HORIZONTE
7ª REUNIÃO IBRAOP - DF	1	18	0,00	BRASÍLIA
10º FÓRUM BRASILEIRO DE CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1	12	0,00	BRASÍLIA
I SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE COMBATE À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO	1	12	2.100,00	RIO DE JANEIRO
	96	705	102.979	-

4.3 Execução da Despesa

O Anexo 2 – Demonstrativo da Execução da Despesa contém informações a respeito da dotação orçamentária do TCDF para o exercício em curso e da respectiva execução até o final do trimestre. Verifica-se, no citado Anexo, que a execução da despesa alcançou R\$ 235.375.771,94, equivalendo a 91,6% da despesa autorizada total de R\$ 256.955.750,00, registrando-se, pois, saldo orçamentário de R\$ 21.579.978,06.

Ainda no que se refere à despesa pública, o Relatório de Gestão Fiscal do TCDF, referente ao 2º quadrimestre de 2014, aponta que Despesa total de pessoal desta Corte atingiu o valor de 0,88% da Receita Corrente Líquida – RCL, estando, pois, dentro dos limites permitidos pela LRF.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em atendimento aos Objetivos Estratégicos institucionais e a programação aprovada no Plano Geral de Ação do TCDF para 2014 foram realizadas, no quarto trimestre, as ações registradas ao longo deste Relatório.

Quanto às Atividades de Controle Externo, foram realizadas pelo Plenário desta Corte 39 sessões, nas quais foram proferidas 1.552 decisões. Os Relatores designados exararam ainda 378 despachos singulares. Pela Presidência foram proferidas 58 decisões e 26 decisões liminares.

No âmbito de suas atuações, as Secretarias de Controle Externo concluíram 15 auditorias e 20 inspeções e instruíram 1.373 processos. O estoque de processos apto a ser instruído situou-se no patamar de 1.254 autos.

Em matéria organizacional, enfatiza-se o início dos trabalhos de elaboração e diagramação de manuais de procedimentos administrativos das unidades da área meio do TCDF e o início da implementação do Sistema de Controle Interno do Tribunal.

Na área de pessoal e de treinamento, destacam-se a realização da XIII Semana da Saúde do TCDF e a aprovação, pelo Plenário, de ajustes no Plano de Capacitação 2014/2015, o qual passou a abranger atividades da Escola de Contas Públicas, criada pela Lei nº 5.286/13.

Ante o exposto, o elevado rol de concretizações no período atesta o esforço dos membros, dirigentes e servidores do Tribunal com vistas ao efetivo cumprimento da Missão institucional atribuída a esta Corte.

Equipe Responsável pelo Relatório

Coordenação Geral

Delso Ferreira da Silva Júnior
Diretor da DIPLAN

Elaboração

Robison Pereira da Silva
Auditor de Controle Externo

Jefferson Gonçalves da Silva
Técnico em Administração Pública

Elizabeth Carneiro Zaiden
Técnica em Administração Pública

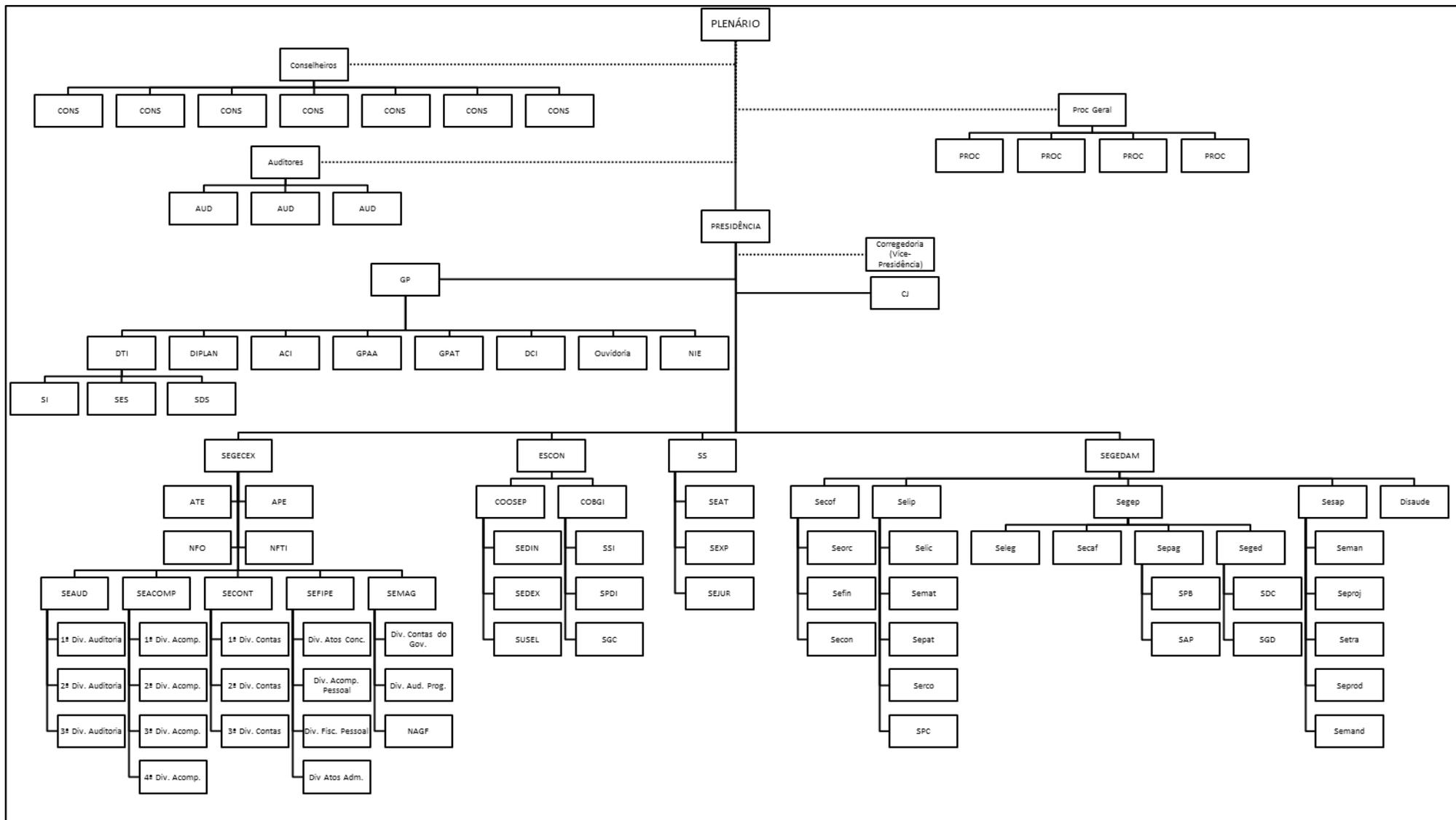
Registre-se, ainda, a participação dos servidores das unidades técnicas e administrativas no fornecimento de dados e informações.

Anexos:

Anexo 1 - Organograma do Tribunal / Significados das Siglas

Anexo 2 - Execução da Despesa

Anexo 1: Organograma do Tribunal



Anexo 1: Significado das Siglas

CONS	Conselheiro
AUD	Aditor
Proc Geral	Procuradoria Geral
PROC	Procurador
CJ	Consultoria Jurídica
GP	Gabinete da Presidência
GPAA	Assessoria Administrativa do Gabinete da Presidência
GPAT	Assessoria Técnica do Gabinete da Presidência
DCI	Divisão de Controle Interno
ACI	Assessoria de Comunicação Institucional
DIPLAN	Divisão de Planejamento e Modernização Administrativa
DTI	Divisão de Tecnologia da Informação
SI	Seção de Infraestrutura
SES	Seção de Entrega de Serviços
SDS	Seção de Desenvolvimento de Soluções
NIE	Núcleo de Informações Estratégicas
SS	Secretaria das Sessões
SEAT	Serviço de Apoio Técnico
SEXP	Serviço de Expedição e Plenário
SEJUR	Serviço de Jurisprudência
ESCON	Escola de Contas Públicas
COOSEP	Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas
SEDIN	Supervisão de Ações Educacionais Internas
SEDEX	Supervisão de Ações Educacionais Externas
SUSEL	Supervisão de Seleção, Lotação e Estágios
COBGI	Coordenadoria de Biblioteca, Gestão da Informação e do Conhecimento
SSI	Supervisão de Sistemas de Informação
SPDI	Supervisão de Pesquisa e Disseminação da Informação
SGC	Supervisão de Gestão de Conteúdos
SEGECEX	Secretaria-Geral de Controle Externo
ATE	Assessoria Técnica e de Estudos Especiais
APE	Assessoria de Planejamento Estratégico da Fiscalização
NFO	Núcleo de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia
NFTI	Núcleo de Fiscalização de Tecnologia da Informação
SEAUD	Secretaria de Auditoria
Div. Auditoria	Divisão de Auditoria
SEACOMP	Secretaria de Acompanhamento
Div. Acomp.	Divisão de Acompanhamento
SECONT	Secretaria de Contas
Div. Contas	Divisão de Contas
SEFIPE	Secretaria de Fiscalização de Pessoal
Div. Ato Conc.	Divisão de Ato de Concessão
Div. Acomp. Pessoal	Divisão de Acompanhamento de Pessoal
Div. Fisc. Pessoal	Divisão de Fiscalização de Pessoal
Div. Ato Adm.	Divisão de Ato de Admissão
SEMAG	Secretaria de Macroavaliação da Gestão Pública
Div. Contas do Gov.	Divisão de Contas do Governo
Div. Aud. Prog.	Divisão de Auditoria de Programas e de Recursos Externos
NAGF	Núcleo de Acompanhamento da Gestão Fiscal
SEGEDAM	Secretaria-Geral de Administração
Secof	Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade
Serorc	Serviço de Execução Orçamentária
Serfn	Serviço de Execução Financeira
Secon	Serviço de Contabilidade
Selip	Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio
Sellic	Serviço de Licitação
Semat	Serviço de Material
Sepat	Serviço de Patrimônio
Serco	Serviço de Contratos
SPC	Supervisão de Planejamento da Contratação
Segep	Secretaria de Gestão de Pessoas
Seleg	Serviço de Legislação de Pessoal
Secaf	Serviço de Cadastro Funcional
Sepag	Serviço de Pagamento de Pessoal
SPB	Supervisão de Proventos, Pensões e Benefícios
SAP	Supervisão de Atendimento e Apoio aos Aposentados e Pensionistas
Seged	Serviço de Gestão do Desempenho e de Competências
SDC	Supervisão de Desenvolvimento de Competências
SGD	Supervisão de Gestão do Desempenho
Sesap	Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio
Seman	Serviço de Manutenção
Sepro	Serviço de Obras e Projetos
Sesop	Serviço de Segurança e Suporte Operacional
Setra	Serviço de Transportes
Seprod	Serviço de Protocolo e Preservação Documental
Semand	Serviço de Expedição de Mandados
Disaude	Divisão de Programas da Saúde

Anexo 2: Execução da Despesa

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DA DESPESA - 4º TRIMESTRE DE 2014

PROGRAMA DE TRABALHO	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Total Empenhado	Crédito Disponível
MODERNIZAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO	40.000,00	40.000,00	0,00	40.000,00
CONCESSÃO DE BOLSA-ESTÁGIO	2.100.000,00	1.320.000,00	1.312.676,16	7.323,84
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	216.301.880,00	195.751.880,00	182.145.519,20	13.606.360,80
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES	25.630.000,00	26.630.000,00	23.983.435,95	2.646.564,05
MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	15.740.000,00	18.940.000,00	16.178.923,55	2.761.076,45
MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	3.078.870,00	2.808.870,00	1.788.769,34	1.020.100,66
GESTÃO DA INFORMAÇÃO E SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3.000.000,00	2.130.000,00	1.425.055,42	704.944,58
CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.160.000,00	640.000,00	454.265,13	185.734,87
PUBLICIDADE E PROPAGANDA INSTITUCIONAL	305.000,00	205.000,00	84.114,44	120.885,56
REFORMAS DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	2.100.000,00	590.000,00	559.436,02	30.563,98
EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.400.000,00	7.900.000,00	7.443.576,73	456.423,27
TOTAIS	277.855.750,00	256.955.750,00	235.375.771,94	21.579.978,06

Fonte: SIGGO - Data da Consulta: 15.01.2015. Mês de Referência: Dezembro/2014